

Ibsen e Genebaldo afirmam que operação com cheques é “um ato transparente”

por Sandra Nascimento
de Brasília

O ex-presidente da Câmara deputado Ibsen Pinheiro (PMDB-RS) e o líder do PMDB na Câmara, deputado Genebaldo Correia (BA), afirmaram ontem ter as explicações necessárias para os dois cheques encontrados neste fim de semana pela Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) do Orçamento, emitidos pelo deputado baiano para o parlamentar gaúcho. Em carta encaminhada ao presidente da CPI, senador Jarbas Passarinho (PPR-PA), Ibsen declara que a operação realizada nos dias 28 e 29 de junho de 1989 (dois cheques) é um ato “praticado com a transparência das normas bancárias, em conta corrente de estabelecimento oficial de crédito” (Banco Cidade e Caixa Econômica Federal).

Ibsen afirma que “o valor, embora controverso no noticiário de imprensa” — (US\$ 30 mil ou US\$ 50 mil)

—, é compatível com a capacidade econômica e a movimentação financeira do requerente”. Tanto o deputado gaúcho como o atual líder do PMDB na Câmara não revelam o valor nem o tipo de negociação. Genebaldo limitou-se a dizer que “irá dar os esclarecimentos necessários assim que tiver em mãos cópias dos documentos encontrados pela CPI”.

Os dois deputados peemedebistas afirmam em sua defesa que o ato em questão é “alheio aos fatos que são objeto de investigação da CPI”, porque, segundo a carta de Ibsen e declarações de Genebaldo, “o Orçamento de 1989, proposto em 1988, tramitou praticamente nos termos da Constituição anterior, que atribuía ao Congresso Nacional papel meramente homologatório da proposta do Poder Executivo”.

A partir de 1988, a Constituição outorgou ao Congresso o poder de alterar parte do Orçamento.